



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- Presencial**

PAULO HENRIQUE DA SILVA

**TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA - CE.**

REDENÇÃO - CE

2024

PAULO HENRIQUE DA SILVA

**TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA (CE).**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Bacharelado em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de bacharel em Administração Pública. Orientador: Professor Dr. João Coêlho da Silva Neto.

REDENÇÃO – CE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Paulo Henrique da.

S586t

Transparência e Acesso à Informação Pública: Um estudo de caso no município de Palmácia CE / Paulo Henrique da Silva. - Redenção, 2024.

42f: il.

Dissertação - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof. Dr. João Coelho da Silva Neto.

1. Transparência na administração pública. 2. Acesso à informação pública. 3. Redes sociais. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 352.380

PAULO HENRIQUE DA SILVA

**TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE
CASO NO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA (CE).**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Palmares.

Aprovado em: 05/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Coelho da Silva Neto - UNILAB (Orientador)

Prof. Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne - UNILAB (Examinadora)

Prof. Dra. Vilma Moreira Faria - UNILAB (Examinadora)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, cujo amor, apoio inabalável e exemplos de dedicação são fontes inesgotáveis de inspiração. Agradeço-lhes por serem os pilares que sustentam meus sonhos e por acreditarem, mais do que eu mesmo às vezes, na minha capacidade de superação e conquista.

À minha família e amigos, que sempre estiveram ao meu lado, compreendendo minhas ausências, celebrando minhas vitórias e me confortando nas derrotas. Cada gesto de carinho, cada palavra de encorajamento, foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Aos professores e orientadores, verdadeiros mestres do saber, que com paciência, sabedoria e dedicação guiaram meus passos nessa jornada acadêmica. Suas orientações, críticas construtivas e conhecimento compartilhado foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Dedico também a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste estudo, seja com apoio logístico, incentivo moral ou mesmo com uma palavra amiga nos momentos de dificuldade. A todos, o meu mais sincero e profundo agradecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por guiar meus passos, iluminar meu caminho e me conceder forças nos momentos de desafio ao longo desta jornada acadêmica.

Ao meu orientador, o professor Dr. João Coêlho, pela paciência, dedicação e orientações precisas ao longo deste trabalho. Sua expertise e incentivo foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Com muita satisfação, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à banca avaliadora, composta pela Professora Dra. Fátima Portela e pela Dra. Vilma Faria, por aceitarem avaliar o meu trabalho. Suas valiosas contribuições, críticas construtivas e observações perspicazes foram essenciais para o aprimoramento desta pesquisa.

Aos meus pais, Paulo e Helena, pelo amor incondicional, apoio emocional e pelos valores éticos e morais que sempre me transmitiram. Sem o apoio de vocês, esta conquista não seria possível.

À minha família e amigos, pelo incentivo, compreensão e por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis. Suas palavras de ânimo e apoio foram essenciais para que eu não desistisse diante dos obstáculos.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, seja com colaboração direta ou com simples gestos de incentivo. Cada contribuição foi fundamental para a conclusão deste estudo.

Que este trabalho possa contribuir de alguma forma para o avanço do conhecimento na área e para o bem da sociedade como um todo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a transparência e o acesso à informação pública no município de Palmácia (CE), por meio de um estudo de caso. Para isso, foram avaliados os índices de transparência do município, realizadas entrevistas com a gestão pública e aplicados questionários à população local. Além disso, foi investigada a integração das redes sociais, como o *Instagram*, com um perfil institucional já existente, como forma de fortalecer a transparência e a informação pública. Os resultados indicam avanços na transparência do município, especialmente no que diz respeito à disponibilização de informações básicas, como dados sobre receitas e despesas públicas. No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a melhoria na qualidade das informações disponibilizadas e o estímulo à participação mais efetiva da sociedade civil. A integração das redes sociais, como o *Instagram*, com um perfil institucional já existente, surge como uma estratégia promissora para ampliar o alcance das informações e fortalecer o controle social.

Palavras-chave: Transparência. Acesso à Informação Pública. Redes Sociais. Palmácia (CE). Controle Social.

Abstract

This study aims to analyze transparency and access to public information in the municipality of Palmácia (CE), through a case study. For this purpose, the municipality's transparency indices were evaluated, interviews were conducted with public administration officials, and questionnaires were administered to the local population. Additionally, the integration of social networks, such as *Instagram*, with an existing institutional profile, was investigated as a way to strengthen transparency and public information. The results indicate advances in the municipality's transparency, especially regarding the availability of basic information, such as data on public revenues and expenditures. However, there are still challenges to be overcome, such as improving the quality of the information provided and encouraging more effective participation by civil society. The integration of social networks, such as *Instagram*, with an existing institutional profile, emerges as a promising strategy to expand the reach of information and strengthen social control.

Keywords: Transparency. Access to Public Information. Social Networks. Palmácia (CE). Social Control.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Órgãos Fiscalizadores	14
2.2 Índice de Transparência Pública	16
2.3 Lei de Acesso à Informação	18
2.4 Direito fundamental: o acesso à informação Pública	20
2.5 Impacto das redes sociais	21
3 METODOLOGIA	27
4 RESULTADOS	29
5 CONCLUSÃO	33
6 ANEXOS	35
REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

A transparência e o acesso à informação pública são princípios fundamentais para qualquer modelo de gestão e que principia o estado democrático. Esses princípios formam a base de uma governança pública, onde as autarquias são percebidas como sistemas abertos e responsáveis, permitindo que os cidadãos tenham acesso a informações relevantes sobre as atividades do governo e outros órgãos públicos. Kaufmann e Kraay (2002) caracterizam a transparência como o incremento do fluxo oportuno e confiável de informações econômicas, sociais e políticas, acessíveis a todas as partes interessadas pertinentes. Em sua abordagem, Islam (2006) concentra-se na prontidão da informação relacionada a dados econômicos.

Nas últimas décadas esse assunto passou a ser tratado de forma mais efetiva, ganhando mais importância a uma parte considerável da sociedade que busca participar da tomada de decisão e acompanhar o que acontece na sua cidade, estado e até mesmo país, garantindo a participação cívica, conforme está previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, porém há registros presentes no direito brasileiro desde 1934. O acesso à informação e a transparência auxilia diretamente aos cidadãos o direito de fiscalizar, monitorar as ações do governo independente de sua esfera, contribuindo também para a criação e manutenção de políticas públicas.

“Assim, pode-se afirmar que transparência do governo reflete o grau em que um governo ou outra instituição política divulga informações sobre suas ações e processos para informar com precisão o que tal instituição está fazendo (Kopits & Craig, 1998; Bellver & Kaufmann, 2005; Kolstad & Wiig 2009; Lindstedt & Naurin, 2010; Rely & Sabharwal, 2009. apud. GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula, 2018.)

Um marco para esse tema foi a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que regulamenta o direito constitucional ao acesso à informação pública para os cidadãos, sendo aplicável nas três esferas da União, Estados e Municípios, regendo o princípio da Publicidade do Direito Administrativo.

Se inserindo em um contexto mais amplo de busca pela melhoria da governança e fortalecimento da participação cidadã nos processos decisórios. A comunicação entre os gestores públicos e os cidadãos, quando fundamentada em uma gestão transparente, cria uma relação semelhante a um contrato social tácito entre o principal (cidadão) e o agente (gestor público). Essa dinâmica pode ser compreendida a partir dessa perspectiva, como discutido por Bairral, Silva e Alves (2015). A transparência e o acesso à informação são princípios fundamentais para garantir uma gestão pública eficaz, ética e responsável.

No caso específico de Palmácia, um município que representa um microcosmo das dinâmicas da administração pública em áreas locais, a pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como esses princípios estão sendo aplicados e percebidos em um contexto municipal. Este é um passo crucial para promover a *accountability* (responsabilização) dos órgãos públicos, fortalecendo a confiança da população nas instituições locais.

A pesquisa se propõe a examinar a eficácia dos mecanismos de transparência existentes, como portais e canais de comunicação, para entender até que ponto as informações mais relevantes estão sendo disponibilizadas de maneira clara e acessível à população. Além disso, busca-se analisar como a comunidade local percebe e utiliza essas informações para participar ativamente na tomada de decisões e fiscalizar as ações da administração pública.

Nesse contexto, houve a necessidade de explorar a importância da transparência e do acesso à informação pública no município de Palmácia, dentro do seu poder executivo para destacar os seus benefícios para a democracia, a governança e a sociedade como um todo. Além também de examinar os desafios da implementação deste princípio dentro da gestão pública, especificamente na secretaria de Administração e Finanças do município.

Motivada pela necessidade premente de compreender o papel crucial que a transparência e o acesso à informação desempenham na eficácia da administração pública local. Palmácia, como um município em constante desenvolvimento, enfrenta desafios específicos relacionados à gestão transparente de recursos, tomada de decisões e prestação de contas à sua comunidade. Levando como pergunta norteadora da pesquisa: “Como a gestão municipal de Palmácia, em especial a secretaria de Administração e Finanças, percebe, desenvolve e aplica o papel da transparência dos gastos públicos?”.

Diante das dúvidas e problemáticas levantadas, buscou-se identificar fatores que são relevantes para o desenvolvimento de práticas onde a transparência possa ser aliada ao controle social para que seja de fato colocado em prática no município. Com base no que se antecedeu, o estudo teve como objetivo geral: Analisar a atual situação da transparência pública em Palmácia, especificamente na secretaria de administração e finanças, e os impactos positivos por ela causados na gestão por sua aplicação.

Nesse contexto, os objetivos específicos, são:

- a) Identificar as áreas de melhoria;
- b) Avaliar o impacto positivo da transparência pública;

c) Identificar os principais canais de acesso da população aos dados da gestão pública.

A relevância intrínseca da transparência e do acesso à informação para a construção de uma administração pública eficiente e responsável, e que atende a governança requerida pelos órgãos de controle, justifica este estudo, ainda que não esgote o tema. A transparência não apenas fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições públicas, mas também promove a participação ativa da comunidade no processo democrático, permitindo que os munícipes compreendam as decisões tomadas pelos órgãos públicos, exerçam seu direito de fiscalização e atuem de forma participativa na implantação das políticas públicas.

Por meio de um estudo de caso realizado na secretaria de administração e finanças, a pesquisa buscou avaliar e compreender os desafios específicos que o município enfrenta em relação à transparência e ao acesso à informação. Isso inclui a avaliação dos mecanismos existentes, como portais de transparência, canais de comunicação, e a eficácia das políticas implementadas. Além disso, a pesquisa pretende identificar possíveis lacunas na divulgação de informações e sugerir estratégias de aprimoramento para promover uma administração pública mais transparente e acessível.

A metodologia adotada para a realização desta pesquisa envolveu a aplicação de um processo de pesquisa, que permitiu alcançar com êxito as metas estabelecidas nos objetivos propostos. Iniciando com uma revisão bibliográfica, seguindo com a implementação do estudo de caso, para coleta de dados primários. As ferramentas metodológicas utilizadas incluíram entrevistas, análise documental e de dados presentes no canal de comunicação disponível e de fácil acesso. A pergunta norteadora deste estudo foi plenamente respondida, fornecendo uma compreensão aprofundada e fundamentada sobre a importância da transparência pública para o município de Palmácia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A cidade de Palmácia no Ceará, localizada a cerca de 70 km da capital cearense, com apenas 66 anos de emancipação política, marca uma jornada significativa em sua história. No entanto, a busca pelo desenvolvimento municipal enfrenta desafios inerentes a sua natureza como um município de porte reduzido. A falta de diversificação de recursos se destaca como um obstáculo que impacta diretamente a capacidade de investimento e crescimento econômico. Além disso, a dinâmica da política local ao longo de sua história contribuiu com o desenvolvimento tímido em relação a outros municípios de mesmo porte.

Segundo Holanda (2013), o Distrito de Palmeiras foi estabelecido originalmente em 1911, com uma divisão administrativa composta principalmente por uma subprefeitura que dependia inteiramente do aval de sua sede principal, o município de Maranguape. Dessa forma, todos os aspectos administrativos eram centralizados, o que tornava sua organização bastante limitada. Perante esse fator, Palmácia teve uma demora em se desenvolver.

A limitação na diversificação de recursos apresenta-se como uma barreira substancial ao desenvolvimento sustentável. A dependência de fontes específicas de receita torna o município vulnerável a oscilações econômicas e impede a implementação de projetos de grande envergadura. A falta de investimentos em setores estratégicos, aliada à incapacidade de atrair novos negócios, dificulta a criação de um ambiente propício ao crescimento econômico. Mesmo com a arrecadação baixa, a cidade de Palmácia nos últimos anos tem realizado uma mudança significativa na realidade para os cidadãos que vivem no município, com isso não se deve deixar de lado a fiscalização e transparência para garantir o direito de controle social.

Diante deste cenário, a implementação da obrigação da transparência surge como um marco crucial na história recente de Palmácia. A transparência é essencial para assegurar que a administração pública seja responsável e preste contas à população. Com a disponibilização aberta de informações sobre gastos públicos, projetos em andamento e decisões administrativas, a comunidade pode exercer uma forma mais efetiva de fiscalização. A transparência não apenas proporciona um mecanismo de responsabilização, mas também estimula a participação cidadã. A população, munida de informações claras e acessíveis, torna-se um agente ativo no processo de tomada de decisões, contribuindo para uma gestão mais representativa e eficiente.

Transparência Pública pode ser entendida como o acesso da população aos dados públicos que são gerados pelo governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal. A Constituição Federal de 1988 garante que esse direito seja cumprido, trazendo inúmeros benefícios para a sociedade como a participação popular nas decisões governamentais e principalmente na fiscalização de como o governo está trabalhando, como por exemplo o orçamento definido previamente está sendo cumprido, como os impostos estão sendo aplicados, de onde vem a receita geral do Estado e etc.

"Pode-se afirmar que a transparência pública é sustentada por dois institutos jurídicos, quais sejam: a cidadania e o direito à informação. A cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais que se encontram positivados na legislação. Já o direito à informação representa o (fácil) acesso a informações públicas que são de interesse da população". Devides, J. E. C., & Silveira, D. B. (2017).

A relação entre transparência pública e *accountability* é fundamental para o funcionamento eficaz de uma democracia e para o fortalecimento do acesso à informação pública. Conceitos que se interligam e se complementam de diversas maneiras. *Accountability* refere-se à responsabilização dos agentes públicos por suas ações e decisões. Em outras palavras, trata-se de garantir que os governantes, funcionários públicos e instituições públicas sejam responsáveis perante a sociedade pelo uso de recursos públicos e pelo cumprimento de suas obrigações.

Com isso pode-se entender que o agente público tem o dever de garantir que os processos estejam passíveis para o acesso à população, assim a transparência é um agente base para a *accountability* pois sem informações claras das decisões e ações do governo não é possível que a população consiga avaliar o desempenho do mesmo.

Percebe-se que a Transparência é uma ferramenta com um papel importante para o controle social, permitindo que os cidadãos a partir da disponibilidade de dados possam monitorar e avaliar as ações governamentais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal deu a possibilidade do país adotar um panorama responsável e transparente dos atos de gestão: O art. 48 da LRF enfatiza as ferramentas de transparência na gestão:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Com as ferramentas digitais e de gestão disponíveis, atualmente qualquer cidadão consegue participar ativamente do gerenciamento do seu município sem a necessidade da vinculação oficial por meio de cargo político ou contratação formal. Como dito anteriormente, a população deve participar da tomada de decisão exercendo o direito de controle social, principalmente de fiscalização de gastos públicos.

Analisando essa perspectiva se vê necessário a obrigação da prestação de contas obedecendo o princípio da publicidade, de qualquer ente ligado à administração pública principalmente os que exigem orçamento financeiro para a aplicação de suas atividades para a população.

2.1. ÓRGÃOS FISCALIZADORES

Para o auxílio da transparência no setor público, seria necessário um suporte maior das ações governamentais além da população, onde a falta de transparência e possíveis crimes com o dinheiro público poderiam ser devidamente punidos. Os órgãos fiscalizadores são instituições encarregadas de supervisionar, controlar e fiscalizar a utilização dos recursos públicos pelos órgãos e entidades da administração pública, desempenhando um papel vital. Sua missão é assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos, além de promover a transparência e o controle social, fortalecendo a governança pública e a prevenção da corrupção.

No Brasil, existem diversos órgãos fiscalizadores, os mais importantes são os Tribunais de Contas, que estão presentes nos âmbitos federal, estadual. Esses tribunais possuem autonomia e independência para fiscalizar as contas públicas, podendo avaliar a legalidade dos atos de gestão e aplicar penalidades aos responsáveis por irregularidades. Além dos Tribunais de Contas, existem outras entidades de controle, como as Controladorias Internas, os Ministérios Públicos de Contas e órgãos de controle externo, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e as Controladorias Estaduais e Municipais.

A atuação do TCE promove a transparência ao divulgar suas atividades de fiscalização e os resultados das análises realizadas e também de exigir a prestação de contas das ações com dinheiro público das prefeituras. O TCE também recebe denúncias, onde pessoas que tenham tomado conhecimento de quaisquer irregularidades praticada dentro de uma instituição pública podem fazer esse procedimento a fim de que o tribunal possa apurar e, se constatado o crime, responsabilizar quem o praticou.

Em referência às denúncias, a Lei nº 12.509, de 6 de dezembro de 1995, dispõe que:

Art.56 Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

Art.57 A denúncia deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à jurisdição do Tribunal, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legítimo do denunciante, sua qualificação e endereço, e estar acompanhada de prova ou indício concernente ao fato denunciado ou à existência de ilegalidade ou irregularidade.

§1º A denúncia será apurada em caráter sigiloso, até que se comprove a sua procedência, e somente poderá ser arquivada após efetuada as diligências pertinentes, mediante despacho fundamentado do responsável.

§2º Reunidas às provas que indiquem a existência de irregularidade ou ilegalidade, serão públicos os demais atos do processo, assegurando-se aos acusados a oportunidade de ampla defesa (CEARÁ, 1995).

Assim, o TCE abre a oportunidade da população também ter o controle e o poder de fiscalização das ações da administração pública, possibilitando que os cidadãos, os órgãos de controle interno e externo, e a sociedade em geral tenham acesso às informações essenciais para avaliar a gestão pública e exigir a responsabilização dos gestores por possíveis irregularidades.

Portanto, pode-se constatar que esses órgãos são ligados à transparência pública, pois evidenciamos que eles têm um papel crucial na asseguarção da transparência, da responsabilização e da eficiência na administração dos recursos públicos, o que contribui para o fortalecimento da democracia e o bem-estar da sociedade. Freitas e Costa (2018) ressaltam que a atuação desses tribunais é crucial para aproximar o controle das realidades locais, permitindo que a população tenha acesso a informações detalhadas sobre a gestão pública em suas regiões.

O Ministério Público também desempenha um papel crucial na promoção da transparência e no fortalecimento do controle social. Como instituição autônoma e independente, o Ministério Público tem a função de defender a ordem jurídica, os interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando como fiscal da lei.

Nesse contexto, o Ministério Público exerce um importante papel na garantia da transparência ao investigar e fiscalizar a conduta dos gestores públicos, buscando garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma legal e eficiente. Além disso, o Ministério Público tem o poder de propor ações judiciais para responsabilizar aqueles que praticarem atos de improbidade administrativa ou violarem a lei, por conta dessas sanções em relação a transparência, acontece que existe a obrigatoriedade de se cumprir esse papel e faz com que gestores e instituições cumpram com seu papel perante a sociedade.

De acordo com Arantes (2011), o Ministério Público pode investigar irregularidades, ajuizar ações civis públicas e colaborar com outros órgãos de controle para garantir a correta aplicação dos recursos público

A atuação do Ministério Público contribui para o fortalecimento do controle social ao possibilitar que os cidadãos participem ativamente na fiscalização da gestão pública. Por meio de canais de comunicação e de denúncia, os cidadãos podem informar ao Ministério Público sobre irregularidades e atos ilícitos, contribuindo assim para a promoção da transparência e para a responsabilização dos envolvidos.

Dessa forma, ao ligar o Ministério Público com a transparência e o controle social, pode-se destacar que essa instituição desempenha um papel fundamental na defesa dos interesses da sociedade, na promoção da transparência e no fortalecimento da democracia.

2.2. ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (ITP)

O Prêmio Índice de Transparência Pública é uma iniciativa que visa reconhecer e premiar as organizações públicas que se destacam na promoção da transparência e no acesso à informação. A motivação desempenha um papel fundamental nesse contexto, pois é o motor que impulsiona as organizações a adotarem práticas transparentes e aprimorar com constância suas políticas de transparência.

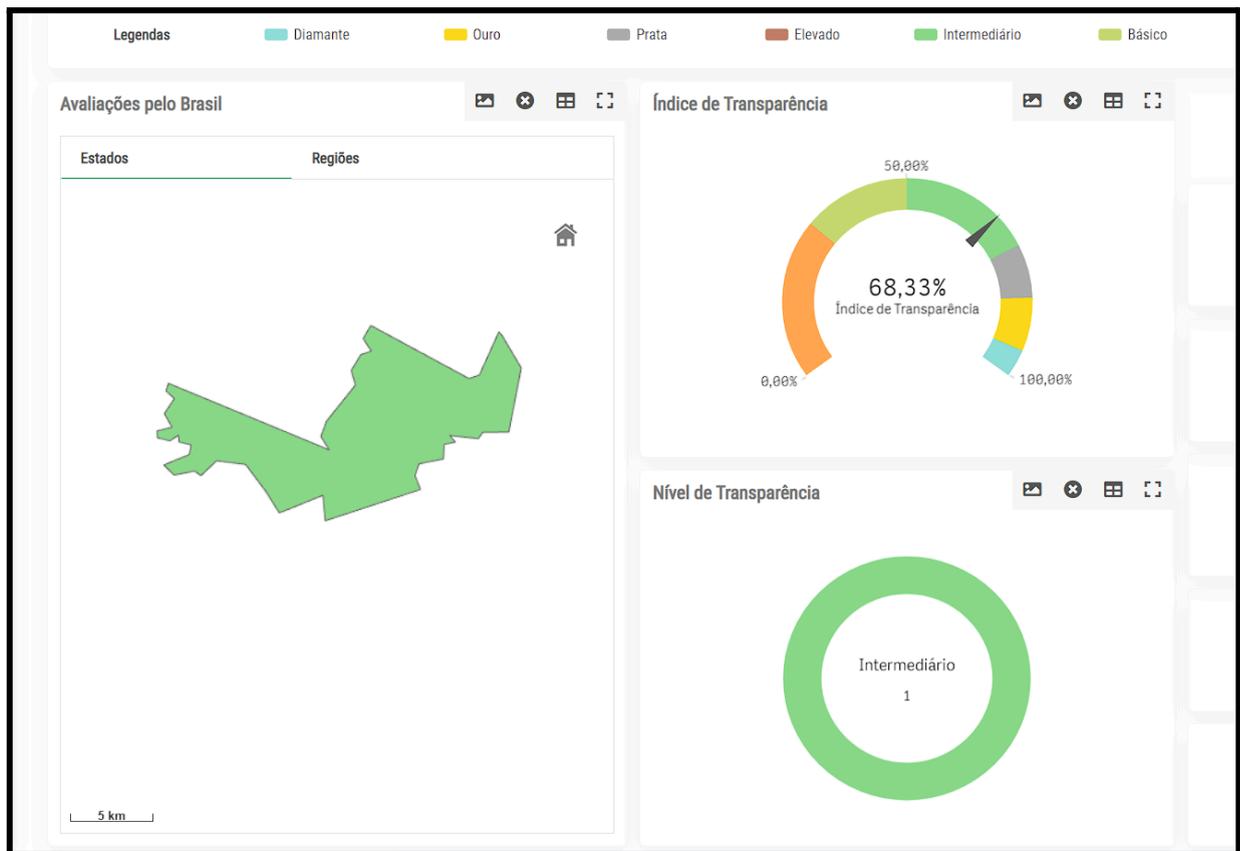
De acordo com a Teoria da Expectativa de Victor Vroom, a motivação para a transparência pública dependerá da expectativa de que o esforço em adotar práticas transparentes que resultaria em um desempenho desejado, que por sua vez levará a recompensas valiosas para a organização, como o reconhecimento do Prêmio Índice de Transparência Pública. Conforme apontado por Vroom (1964), é possível que um indivíduo demonstre um forte desejo por um determinado objetivo (atribuindo-lhe grande valência). Nesse sentido, o prêmio atua como um incentivo para que as organizações públicas busquem constantemente aprimorar sua transparência e prestação de contas.

O índice e a certificação são realizados pelo Tribunal de Contas da União em parceria com outras instituições como a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Contribuindo para o fortalecimento da democracia, ao permitir que os cidadãos tenham acesso às informações sobre as ações e decisões do governo, possibilitando o controle social e a prestação de contas.

O ITP leva em consideração diversos aspectos da transparência, como a disponibilidade de informações sobre a gestão pública, a participação social e o controle interno. O cálculo do Índice de Transparência da Administração Pública (ITP) envolve a análise de vários critérios relacionados à transparência ativa e passiva dos órgãos públicos. A transparência ativa consiste na divulgação proativa de informações pelos órgãos públicos, enquanto a transparência passiva refere-se à disponibilidade de canais para solicitação de informações pela sociedade.

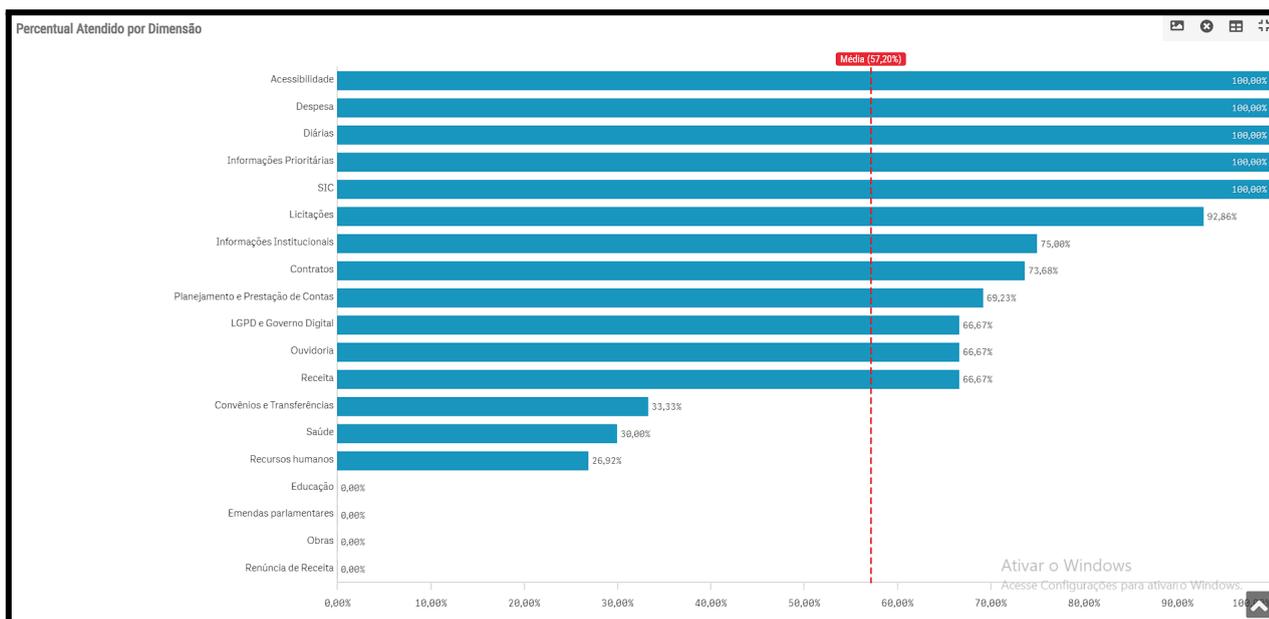
Palmácia no último ano (2023), alcançou o nível intermediário de transparência, com 68,33% de transparência. Essa classificação levou em consideração os itens julgados, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA



Fonte: Radar da Transparência Pública (ATRICON)

PERCENTUAL ATENDIDO POR DIMENSÃO



Fonte: Radar da Transparência Pública (ATRICON)

A média dos percentuais por dimensão resultou em um índice de 68,33%, o que representa um nível intermediário de transparência, como pode ser visto no gráfico anterior. No entanto, não foi alcançada a certificação nos níveis prata, ouro ou diamante. Na região, a cidade de Pacoti obteve a certificação prata, sendo uma das poucas do Maciço de Baturité a receber essa classificação pelo ITP.

O índice pode ser considerado uma forte ferramenta para evidenciar o nível de importância que as organizações dão para a transparência e a disponibilidade de informações para a população. Devendo ser considerado não só algo passível de penalidades, mas sim como forma de fomentar o controle social e assim fazer com que a participação popular em fiscalizar e participar da construção de uma gestão seja cada vez mais presente na tomada de decisões.

2.3. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei de Acesso à Informação (LAI), de número 12.527/2011, é um marco importante para a transparência pública no Brasil. Sancionada em 2011, essa legislação tem como objetivo garantir o direito fundamental de acesso à informação, permitindo que qualquer cidadão solicite e receba informações públicas dos órgãos e entidades governamentais, sejam eles federais, estaduais ou municipais. Conhecida como LAI, a lei tem como pretensão

promover a transparência, a responsabilidade e o combate à corrupção, fortalecendo a democracia ao ampliar o acesso da sociedade às informações sobre a atuação do Estado.

Sendo sancionada em 18 de novembro de 2011, entrando em vigor em maio de 2012. Antes de sua promulgação, o acesso a informações públicas no Brasil era bastante limitado e muitas vezes burocrático, dificultando o controle social, conseguindo com que a população não conseguisse fazer seu papel de fiscalização. A LAI veio para mudar esse cenário, inspirada em experiências de outros países e em conformidade com a Constituição Federal de 1988, que prevê o acesso à informação como um direito fundamental. A lei estabelece procedimentos claros e objetivos para solicitação e obtenção de informações públicas, além de determinar a criação de portais de transparência e a disponibilização de dados de interesse coletivo de forma proativa pelos órgãos públicos.

Antes da implementação da Lei de Acesso à Informação, gestores públicos muitas vezes se beneficiam da falta de transparência e clareza nas informações, pois isso lhes permitia agir de forma obscura e até mesmo corrupta, sem a devida prestação de contas. Nesse contexto, a ausência de uma legislação que regulamenta o acesso às informações públicas criava um ambiente propício para desvios e irregularidades, dificultando o trabalho dos órgãos fiscalizadores e minando a participação ativa da sociedade no controle dos recursos públicos. Com a promulgação da LAI, esse cenário começou a mudar, uma vez que a lei estabelece regras claras e obriga a disponibilização de informações de interesse coletivo, contribuindo para fortalecer a democracia e combater a corrupção.

A lei estabelece em seu artigo 5 sobre o acesso a informação que deve ser de forma clara e de fácil compreensão, fazendo assim com que a população não tenha dificuldades perante ao tecnicismo da linguagem que possa vir a ser utilizada, distanciando um cidadão comum das informações que possam vir a ser úteis para o mesmo.

“É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueado, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (Lei nº 12.527/2011, art. 5º).

Infelizmente a lei também traz consigo algumas fragilidades, como é apresentado no artigo de (MEDEIROS et al., 2014), onde ela precisa de algumas melhorias no que se refere a apresentação do pedido de informações, no qual todo cidadão tem direito se houver amparo legal, onde a lei prevê esse pedido por qualquer meio legítimo mas não há diretrizes traçadas nesse sentido podendo ocasionar confusões com os órgãos competentes quanto às formas que

são toleradas para o pedido, assim podendo ocorrer prejuízo ao requerente das informações públicas.

Seguindo a mesma abordagem do artigo de (MEDEIROS et al., 2014) outro ponto a ser considerado é a exigência de identificação do solicitante no momento da requisição. Uma alternativa talvez mais adequada fosse o anonimato, uma vez que a identificação poderia ser utilizada como pretexto para atrasar a divulgação de informações, por exemplo, em casos de rivalidades políticas, ocasionando prejuízo à ideia de controle social onde poderia ocorrer medo para requerer alguma informação pública.

Em outros países, como o México, o procedimento requer apenas a indicação de um contato para que a informação solicitada deva ser enviada, geralmente um endereço eletrônico, facilitando assim o requerimento para as informações públicas e fortalecendo cada vez mais o controle social e a transparência pública.

A LAI foi promulgada em 18 de novembro de 2011 e entrou em vigor em maio de 2012. Com a implementação da Lei de Acesso à Informação Pública, o Brasil se tornou o 89º país a possuir uma legislação específica para regular o acesso à informação. Na América Latina, o país entrou na lista como o 19º a adotar esse tipo de lei.

2.4. DIREITO FUNDAMENTAL: O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

O ponto que irá ser tratado a seguir é um tema crucial para a garantia da transparência e da democracia. Segundo Bobbio (1992), os direitos fundamentais são aqueles que correspondem às condições mínimas necessárias para que um indivíduo possa viver com dignidade, participar da vida em sociedade e exercer sua cidadania plenamente. Nesse contexto, o acesso à informação pública aparece como um direito indispensável, pois permite que os cidadãos conheçam as ações do Estado, participem ativamente das decisões públicas e exerçam um controle social sobre os governantes, assim garantindo os seus direitos e deveres perante a constituição federal.

Leis que tem como finalidade o acesso à informação pública existem há muitos anos atrás, porém a grande maioria delas só foram aprovadas durante os últimos anos. Mendel (2009) apud. Medeiros (2014), cita que a trajetória das leis de acesso à informação retorna à Suécia, onde uma legislação nesse sentido está em vigor desde 1766. A Colômbia é outro país com uma longa história de legislação sobre o direito à informação, exemplificado pelo Código de Organização Política e Municipal de 1888, que concedia aos cidadãos o direito de solicitar documentos sob o controle de órgãos governamentais ou armazenados em arquivos públicos.

A legislação de acesso à informação foi aprovada nos Estados Unidos em 1967, seguida por leis semelhantes na Dinamarca (1970), Noruega (1970), França (1978), Países Baixos (1978), Austrália (1982), Canadá (1982) e Nova Zelândia (1982).

No Brasil, com o fim da ditadura militar e com a busca pela redemocratização, o país abriu espaço para o acesso à informação, com a inclusão da nova constituição de 1988. Presentes no inciso XXXIII do 5º artigo, inciso II do 3º do art. 37 e no 2º do art. 216, mesmo com a presença na constituição seria necessário um mecanismo que guiasse e regulamentasse esse instrumento. Como dito no tópico anterior, o acesso à informação pública foi reconhecido como um direito fundamental com a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Esta legislação estabelece que todas as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público devem ser disponibilizadas à sociedade, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

No entanto, apesar dos avanços trazidos pela Lei de Acesso à Informação, ainda existem desafios a serem superados. Um dos principais desafios é garantir que a informação seja disponibilizada de forma clara, acessível e compreensível para todos os cidadãos, independentemente de sua escolaridade ou condição social. Além disso, é necessário combater a cultura do segredo que ainda permeia muitas instituições públicas, dificultando o acesso à informação.

Perante esse contexto, é fundamental que a sociedade civil, os órgãos de controle e os próprios governantes atuem de forma conjunta para promover a transparência e o acesso à informação pública. A transparência não deve ser vista apenas como um dever legal, mas como um valor a ser cultivado em uma sociedade democrática. Como afirmou Habermas (1984), a transparência é essencial para garantir a legitimidade das decisões políticas e para promover a participação dos cidadãos na vida pública.

2.5. IMPACTO DAS REDES SOCIAIS

As redes sociais têm se mostrado ferramentas poderosas na promoção da transparência pública e no acesso à informação. A capacidade dessas plataformas de disseminar informações de forma rápida e abrangente tem transformado a maneira como os cidadãos interagem com o governo e como as instituições públicas se comunicam com a sociedade.

Um dos principais benefícios das redes sociais é a capacidade de amplificar a voz dos cidadãos, permitindo que eles expressem suas opiniões, denunciem irregularidades e cobrem ações governamentais. Isso cria um ambiente de maior escrutínio público, incentivando os

governos a agirem de forma mais transparente e responsável (Grimmelikhuijsen & Feeney, 2016). Castells (2012) destaca que as redes sociais digitais possibilitam uma comunicação horizontal e em tempo real entre os cidadãos, permitindo a troca de informações e experiências que antes eram limitadas aos canais tradicionais de mídia.

Para Sandoval-Almazan e Gil-Garcia (2012), às redes sociais também desempenham um papel crucial na construção de uma cultura de transparência e *accountability*. Por meio dessas plataformas, os cidadãos podem monitorar as ações do governo, denunciar práticas corruptas e exigir maior transparência nas decisões políticas e administrativas.

Além disso, as redes sociais têm o potencial de ampliar o acesso à informação pública. Segundo De Mauro et al. (2016), as plataformas digitais facilitam a disseminação de dados e documentos governamentais, tornando-os acessíveis a um número maior de pessoas. Isso contribui para uma maior participação da sociedade na gestão pública e no controle social das políticas governamentais.

Em números, o perfil da Prefeitura Municipal de Palmácia no *Instagram* consegue um alcance bastante satisfatório para as publicações da gestão mostrando que o público consegue interagir e a informação chega mais rápido por esse método. Porém, para se alcançar níveis satisfatórios como esses, também é necessário uma boa equipe que saiba gerenciar essas redes para que o engajamento e alcance seja melhor aproveitado.

Como pode ser visto na imagem a seguir, nos últimos 90 dias foram alcançadas cerca de 29 mil contas, contando do dia 26 de dezembro de 2023 até o dia 24 de março de 2024. Isso demonstra uma crescente procura pelo perfil e pelas informações nele publicadas, evidenciando o interesse da população local em se manter informada sobre eventos, ações típicas de programas do governo e outros assuntos relevantes para a comunidade. Além disso, a ampliação do alcance do perfil também pode estar relacionada a estratégias de divulgação adotadas, como a utilização de hashtags relevantes, a promoção de conteúdo de qualidade e a interação frequente com os seguidores. Esse contexto reforça a importância das redes sociais como ferramentas poderosas para promover a transparência pública, aumentar o acesso à informação e fortalecer a participação cidadã na esfera pública.

ALCANCE DE PÚBLICO DO PERFIL DA PREFEITURA DE PALMÁCIA



Fonte: *Insights Instagram*

O crescimento significativo do número de seguidores no perfil da Prefeitura de Palmácia no *Instagram* é um reflexo claro do interesse crescente da população pelas informações disponibilizadas pela gestão municipal. O aumento da base de seguidores sugere não apenas uma maior receptividade às iniciativas e ações da administração pública, mas também uma valorização da forma como essas informações são apresentadas e disponibilizadas. A crescente adesão aos perfis institucionais nas redes sociais demonstra a relevância dessas plataformas como canais de comunicação eficazes entre governos e cidadãos, contribuindo para uma maior transparência, participação e engajamento da comunidade com as políticas públicas locais.

Durante o período analisado, observou-se uma perda de seguidores, o que, embora seja um fenômeno comum nas redes sociais, não deve ser interpretado como um indicativo de desinteresse da população. A perda de seguidores pode ser influenciada por diversos fatores, como a desativação de contas, mudanças de interesses dos usuários ou até mesmo ações pontuais de limpeza de perfis por parte da plataforma. Portanto, é importante considerar que a variação no número de seguidores não necessariamente reflete a eficácia ou relevância das informações compartilhadas, mas sim a dinâmica natural das redes sociais. Porém, mesmo com a perda, o perfil fechou no período analisado com demanda positiva de 5,7% de aumento.

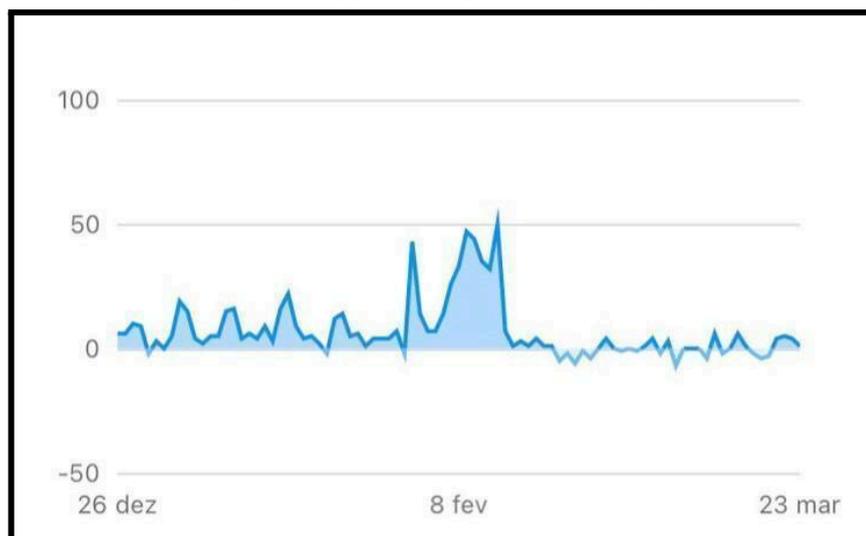
Como pode ser visto nas imagens a seguir:

CRESCIMENTO DE SEGUIDORES DO PERFIL DA PREFEITURA MUNICIPAL



Fonte: *Insights Instagram*

GRÁFICO DEMONSTRATIVO



Fonte: *Insights Instagram*

A maioria dos seguidores do perfil da Prefeitura de Palmácia no *Instagram* é composta por residentes locais, o que demonstra um forte interesse da comunidade palmaciana nas informações e atividades governamentais. Apesar da aproximação na porcentagem de seguidores provenientes de Fortaleza, é importante ressaltar que muitos desses seguidores podem ter vínculos familiares, comerciais ou afetivos com Palmácia, o que os motiva a acompanhar as publicações do perfil.

Além disso, é relevante considerar que mesmo pessoas que deixaram a cidade ou familiares distantes podem manter interesse no que acontece no município, seja por questões de saudade, interesse no desenvolvimento local ou preocupação com familiares e amigos que ainda residem em Palmácia. Dessa forma, a diversidade de seguidores reflete não apenas a comunidade local, mas também a diáspora palmaciana e aqueles que mantêm laços afetivos e emocionais com a cidade.

PRINCIPAIS LOCALIZAÇÕES DE ACESSO AO PERFIL DA PREFEITURA DE PALMÁCIA



Fonte: *Insights Instagram*

A comunicação por meio das redes sociais tem se mostrado uma ferramenta essencial para promover a transparência pública e facilitar o acesso à informação, especialmente em um contexto em que a digitalização e a conectividade estão cada vez mais presentes na sociedade. A disponibilização de informações por meio dessas plataformas permite que os órgãos públicos alcancem um público mais amplo e diversificado, incluindo aqueles que possivelmente não teriam acesso a essas informações por meios tradicionais. Além disso, a linguagem fácil e acessível utilizada nas redes sociais contribui para que as informações sejam compreendidas de forma mais clara e rápida, aumentando a eficiência da comunicação.

Uma gestão eficiente de marketing e comunicação se faz necessária para garantir que as mensagens transmitidas atinjam o público-alvo de maneira eficaz e relevante. Isso envolve não apenas a produção de conteúdo de qualidade, mas também o monitoramento e análise dos resultados das campanhas, visando constantemente aprimorar a comunicação e maximizar o impacto das informações divulgadas.

Por outro lado, é fundamental estar atento aos desafios e armadilhas das redes sociais, como a disseminação de notícias falsas. O fenômeno das fake news pode comprometer a credibilidade das informações compartilhadas, minando a confiança do público e distorcendo a percepção da realidade. Nesse sentido, é importante que os órgãos públicos e demais usuários das redes sociais adotem práticas responsáveis ao compartilhar informações, verificando sempre a veracidade das fontes e evitando contribuir para a propagação de informações enganosas.

Em resumo, as redes sociais representam uma ferramenta poderosa para promover a transparência, facilitar o acesso à informação e fortalecer a relação entre governo e sociedade. No entanto, seu uso deve ser pautado por uma abordagem responsável e ética, visando sempre promover a verdade, a transparência e o engajamento cidadão.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. O objetivo foi investigar a percepção da gestão pública de Palmácia, especificamente, na secretaria de Administração e Finanças como seria visto a questão e a importância dada à transparência pública perante a população, bem como obter insights dos cidadãos sobre o tema.

A pesquisa foi fundamentada em uma extensa revisão bibliográfica, que incluiu artigos científicos e documentos disponíveis em sites especializados. A revisão teve como objetivo embasar teoricamente o estudo, fornecendo um panorama das principais questões relacionadas à transparência e acesso à informação pública.

Para investigar a percepção da população, foi elaborado um questionário estruturado contendo questões sobre a transparência pública em Palmácia. O questionário foi disponibilizado em formato digital, via Google Formulários, sendo divulgado em redes sociais e enviado em grupos específicos. A amostra foi selecionada de forma aleatória, garantindo a representatividade da população. Como esperado, não houve uma participação tão expressiva da população mas foi perceptível as opiniões a respeito do tema.

Além do questionário, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a Secretária de Administração e Finanças de Palmácia, utilizando um roteiro pré-preparado e também um momento de perguntas mais livres, podendo assim perceber de forma mais espontânea a importância que a gestão entende sobre o assunto.

A entrevista teve como objetivo compreender o ponto de vista da gestão municipal sobre a transparência pública, bem como identificar desafios e boas práticas adotadas pela administração. A escolha por este método qualitativo se deu pela necessidade de compreender mais profundamente o ponto de vista da gestão municipal sobre a transparência pública, bem como identificar desafios e boas práticas adotadas pela administração.

A entrevista foi conduzida de forma a permitir que a Secretária pudesse expressar livremente suas opiniões e experiências em relação ao tema. As perguntas abordaram tópicos como os mecanismos de transparência adotados pela prefeitura, os desafios enfrentados na divulgação de informações públicas, as medidas tomadas para garantir a participação da população e as melhorias planejadas para aumentar a transparência e o acesso à informação.

A realização dessa pesquisa enfrentou desafios significativos, especialmente no que diz respeito à participação da população no questionário. A falta de interesse das pessoas em

se envolverem resulta em baixa adesão, o que por sua vez reduz o campo amostral disponível para o estudo. Porém esse não foi o ponto principal da pesquisa, mas sim entender dentro da organização como eles se comportam em relação ao tema abordado.

A falta de interesse da população pode ser atribuída a diversos fatores, como a falta de incentivo ou reconhecimento pela participação, e até mesmo desconfiança em relação à pesquisa acadêmica. A complexidade do tema de Transparência Pública também contribui para a falta de conhecimento e interesse por parte da população, o que pode afetar diretamente a disponibilidade de participantes para a pesquisa.

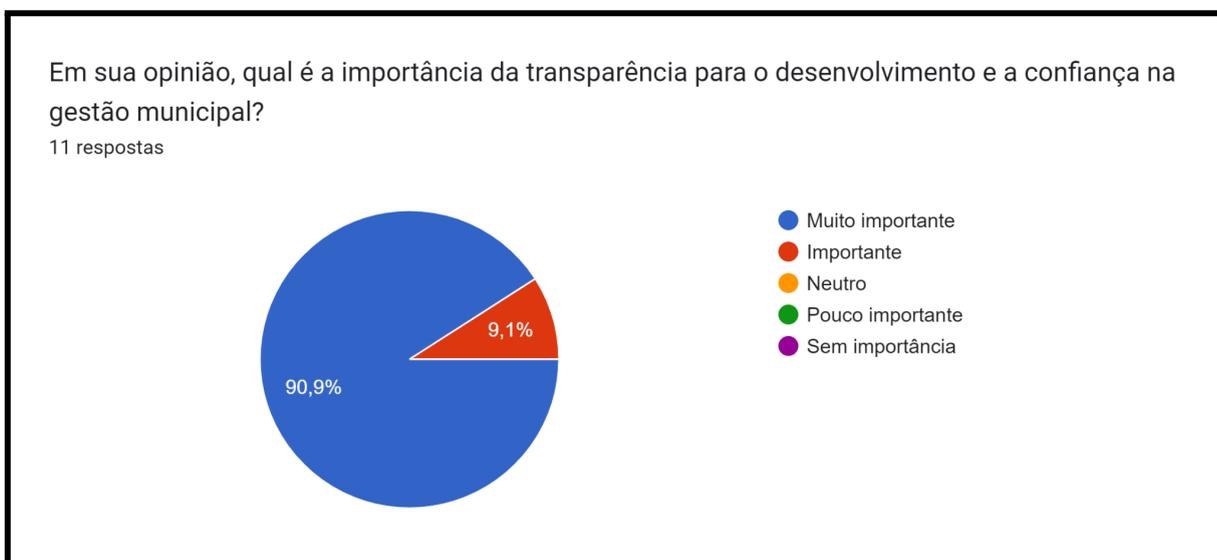
Visando os meios digitais, foi visto também o alcance do perfil do *Instagram* da prefeitura municipal, onde é o canal que a população tem mais acesso por sua facilidade e assim aproximando a gestão do povo, os dados coletados foram disponibilizados pela equipe de comunicação da prefeitura.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa revelaram uma variedade de percepções e comportamentos em relação à transparência e à informação pública entre os participantes. A aplicação do questionário permitiu uma visão mais profunda das opiniões e experiências individuais, destacando a complexidade e as nuances envolvidas no tema.

A pergunta que pode ser vista a seguir revela uma forte percepção da importância da transparência nos gastos públicos para o desenvolvimento e a confiança na gestão municipal entre os participantes da pesquisa. O fato de que 90,9% das pessoas consideram a transparência "muito importante" sugere um consenso significativo sobre a necessidade de divulgação clara e acessível das informações financeiras do governo local.

Essa alta porcentagem também pode indicar uma demanda por maior prestação de contas e responsabilidade por parte das autoridades municipais. Por outro lado, os 9,1% que classificaram a transparência como "importante" podem representar uma minoria que talvez não perceba totalmente o impacto positivo que a transparência pode ter no desenvolvimento e na confiança na gestão pública.

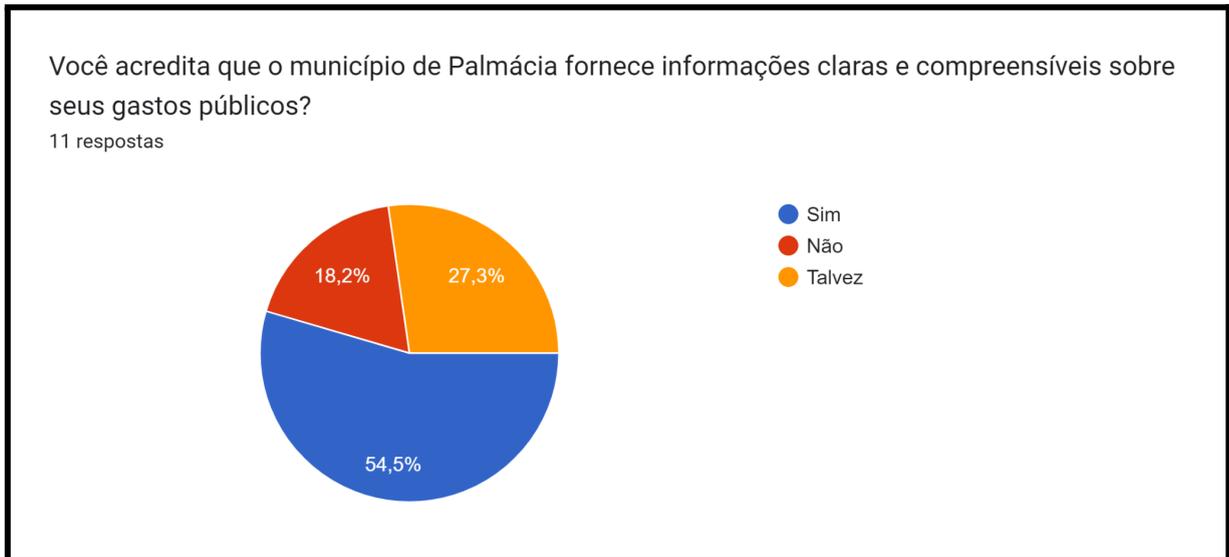


fonte: dados da pesquisa

A pesquisa não se limitou apenas a avaliar a importância da transparência pública fornecidas pela Prefeitura de Palmácia, mas também buscou compreender a percepção dos entrevistados sobre o nível de transparência oferecido pelo órgão municipal.

Essa abordagem visou captar não apenas a compreensão das informações disponíveis, mas também a confiança e a credibilidade atribuídas às práticas de transparência adotadas

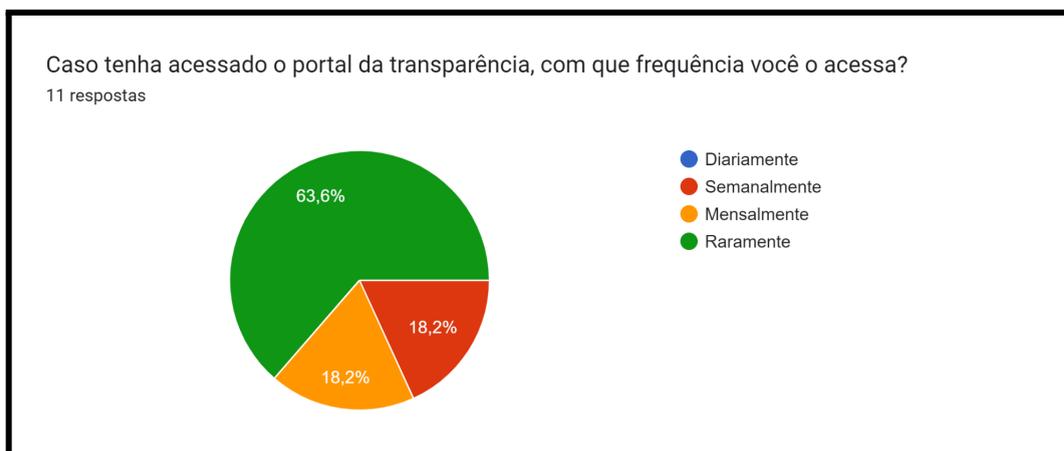
pela administração pública local. Os resultados dessa análise podem ser visualizados no gráfico a seguir, proporcionando *insights* valiosos sobre a percepção pública em relação à transparência governamental em Palmácia.



fonte: dados da pesquisa

Essa pergunta revela uma percepção mista entre os participantes sobre a clareza e a compreensibilidade das informações fornecidas pelo município de Palmácia sobre seus gastos públicos. A maioria, representada por 54,5% dos respondentes, acredita que as informações são claras e compreensíveis, o que sugere um certo nível de satisfação com a transparência atual. Por outro lado, a parcela significativa de 27,3% que respondeu "talvez" indica uma incerteza ou falta de clareza percebida nas informações disponibilizadas.

Além disso, os 18,2% que responderam "não" indicam uma porção significativa da amostra que percebe as informações como obscuras ou inadequadas. Esses resultados sugerem que há espaço para melhorias na forma como as informações sobre os gastos públicos são apresentadas e comunicadas pelo município de Palmácia, a fim de atender às expectativas e necessidades dos cidadãos em relação à transparência governamental.

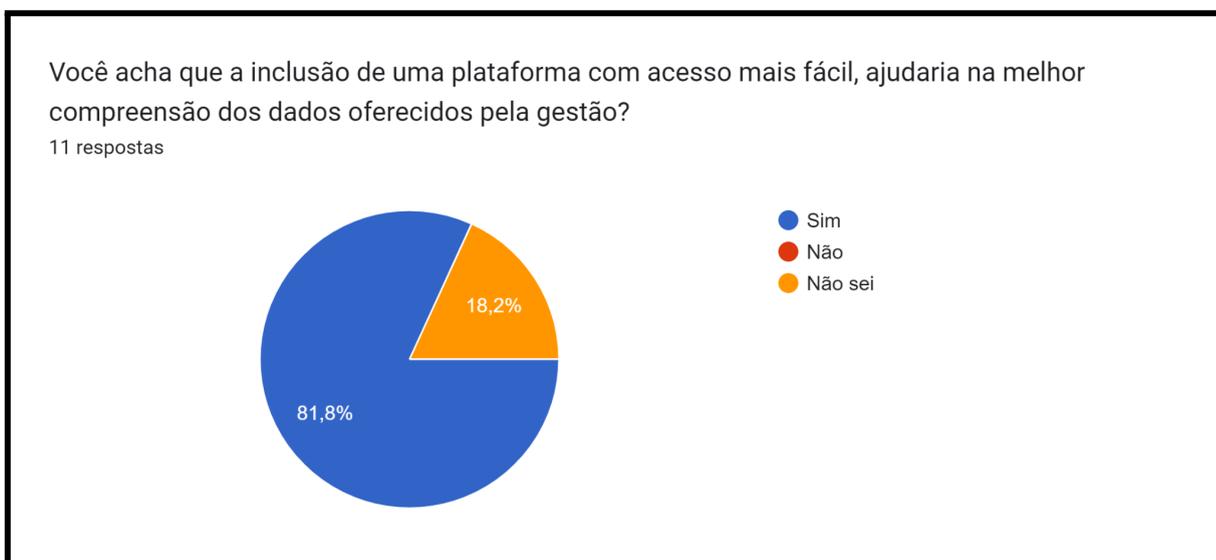


fonte: dados da pesquisa

Com base no gráfico mostrado acima, essas respostas indicam que a maioria dos entrevistados acessa o portal da transparência raramente, com uma parcela menor de acessos mensais e semanais. Esses resultados sugerem que, apesar da existência do portal, a frequência de uso ainda é relativamente baixa. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, como falta de conhecimento sobre a existência do portal, dificuldade de acesso devido à interface ou falta de incentivo para utilização regular.

Podendo ser entendido que apesar da existência do portal, que ainda tem um acesso mais complicado, uma linguagem mais difícil, a baixa adesão a ele demonstra que deve ser procurada medidas que de fato sejam de rápida execução que somado ao portal da transparência, possa trazer a transparência e a informação pública como parte do dia a dia da população.

No gráfico a seguir pode-se perceber que uma plataforma de acesso e linguagem mais fácil seria realmente uma maneira de ajudar na compreensão dos dados públicos perante a população que deseja ser mais informada sobre como a gestão vem administrando os bens e serviços públicos.



fonte: dados da pesquisa

A pesquisa realizada evidencia a importância contínua da transparência e da informação pública no contexto municipal, apesar da baixa adesão ao questionário. A compreensão das nuances desse tema essencial é fundamental para a melhoria das práticas de governança e para o fortalecimento da confiança entre os cidadãos e as autoridades locais.

Com a entrevista feita pode-se entender que a preocupação da gestão municipal com a transparência é perceptível, contudo, fica evidente que a principal motivação para essa postura

está associada às possíveis sanções decorrentes da falta de transparência. Diante dos diversos desafios a serem superados, a gestão municipal dispõe de ferramentas digitais, como o site oficial e o perfil no *Instagram*, para a divulgação de ações e prestação de contas. No entanto, o controle social não parece ser um fator prioritário nesse contexto, uma vez que o receio de punições se sobrepõe à genuína vontade de oferecer informações claras e acessíveis à população.

Nesse sentido, é fundamental que as autoridades municipais em Palmácia busquem implementar políticas e práticas que promovam uma cultura de transparência e colaboração. Isso inclui o fortalecimento do portal da transparência, a disponibilização de informações de forma clara e acessível, a realização de campanhas de conscientização e educação cívica, e o estímulo à participação ativa dos cidadãos nos processos decisórios. A transparência não é apenas um requisito legal, mas também uma ferramenta poderosa para fortalecer a democracia, combater a corrupção e promover o desenvolvimento sustentável. Portanto, investir na transparência e na informação pública é essencial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa.

CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas ao longo deste estudo sobre a transparência e a informação pública no município de Palmácia, é possível afirmar que a temática apresenta-se como um desafio multifacetado e relevante para a gestão municipal. As pesquisas bibliográficas, a entrevista com a gestão e a vivência no trabalho na comunicação da prefeitura proporcionaram uma visão abrangente das práticas e percepções relacionadas à transparência governamental, revelando a importância de se aprimorar os mecanismos de divulgação e acesso às informações públicas.

Com base nas leituras de artigos, livros pode-se entender a importância e complexidade do assunto, indo além de apenas divulgação de dados, tendo uma profunda e válida relação com a participação popular nas decisões de uma gestão. Aproximando o cidadão do que realmente acontece dentro da estrutura do governo, seja em qualquer das esferas públicas. Com isso, o controle social está garantido de forma plena, permitindo que os cidadãos participem ativamente do monitoramento e avaliação das ações governamentais, o controle social promove a *accountability* e a efetivação dos princípios democráticos.

Através do engajamento da sociedade civil, o controle social contribui para a identificação e prevenção de práticas corruptas, além de fomentar a prestação de contas por parte dos gestores públicos. Nesse sentido, a participação ativa dos cidadãos é essencial para assegurar que as políticas públicas atendam às reais necessidades da população e para promover a transparência e a integridade na gestão dos recursos públicos.

Apesar dos níveis medianos de transparência, a cidade de Palmácia precisa evoluir bastante, além da boa vontade de garantir esse acesso, é preciso que vá muito mais além de apenas cumprir o mínimo que a lei manda para evitar sanções e procurar meios com que a grande maioria possa ser verdadeiramente atualizada e informada de como a cidade está sendo gerenciada.

O avanço é realmente nítido, principalmente analisando como cidadão, onde há alguns anos atrás sequer havia informações de como acessar tais dados. Assim enfraquecendo o controle social e uma participação mais ativa da sociedade na gestão municipal de Palmácia. Nos dias atuais o investimento em transparência deve ser cada vez mais relevante, levando em consideração os atuais níveis que a cidade se encontra.

A participação das redes sociais nesse processo não deve ser deixada de lado, com o passar dos anos elas vêm desempenhando um papel crucial na sociedade como forma de fonte de informação pela rapidez, comodidade e acessibilidade mais simples diante de outras

plataformas de informações mais complexas.

Diante desse cenário seria crucial que acontecesse a integração das redes sociais, especialmente o *Instagram*, com um perfil institucional já estabelecido, pode potencializar significativamente a comunicação e a transparência governamental. Consistindo em utilizar o *Instagram* não apenas como uma plataforma de divulgação, mas como uma ferramenta interativa e de engajamento cívico .

Para garantir a credibilidade e a transparência das informações divulgadas, é fundamental que o perfil institucional seja gerido por uma equipe capacitada, que trabalhe em estreita colaboração com as áreas responsáveis pela transparência e pela comunicação do órgão público. Também é importante que haja um canal de comunicação direto entre o perfil institucional e o Portal da Transparência, garantindo a consistência e a integridade das informações divulgadas em ambas as plataformas.

Portanto, diante do estudo de caso realizado no município de Palmácia - CE, fica evidente a importância da transparência e do acesso à informação pública para o fortalecimento da democracia. A análise do Portal da Transparência e da integração das redes sociais, como o *Instagram*, com o perfil institucional demonstra que é possível aprimorar os mecanismos de comunicação e prestação de contas à sociedade.

Contudo, ainda há desafios a superar, como a garantia da qualidade e veracidade das informações disponibilizadas, a ampliação da participação cidadã e a adoção de práticas transparentes em todas as esferas da gestão pública.

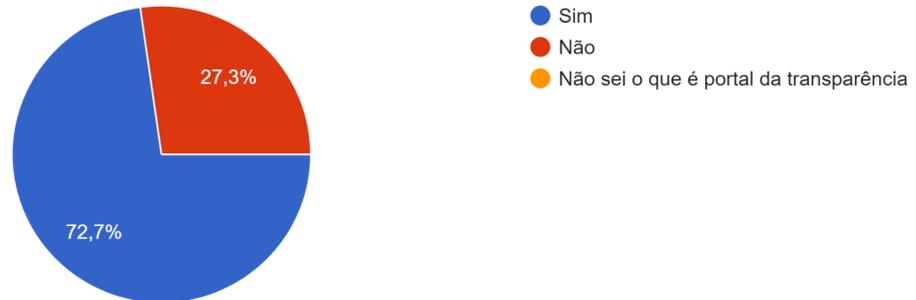
Assim, é fundamental que gestores e sociedade civil trabalhem de forma colaborativa para promover uma cultura de transparência e acesso à informação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

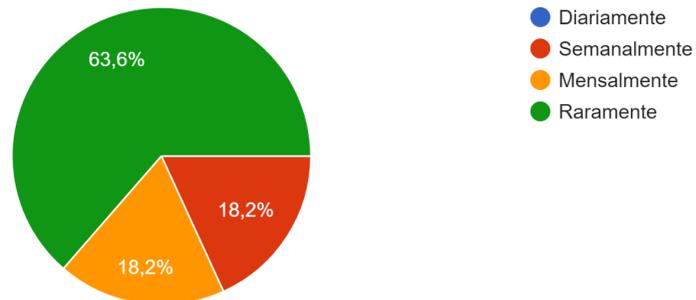
Você já acessou o portal da transparência da Prefeitura Municipal de Palmácia (CE)?

11 respostas



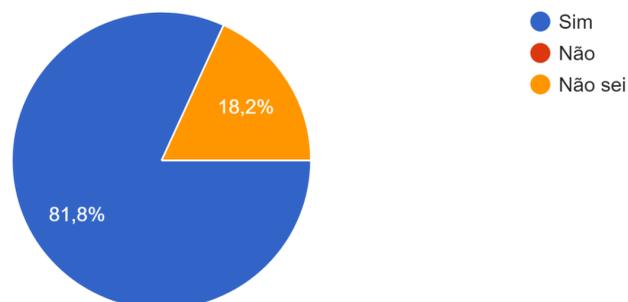
Caso tenha acessado o portal da transparência, com que frequência você o acessa?

11 respostas



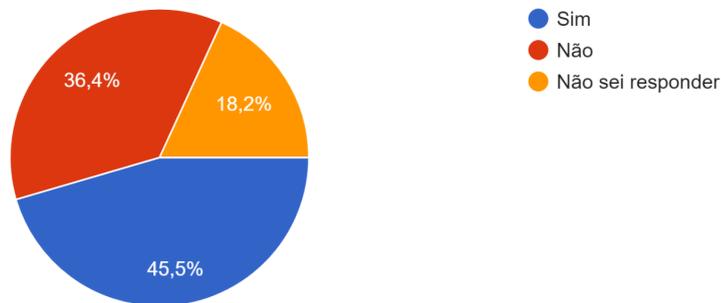
Você acha que a inclusão de uma plataforma com acesso mais fácil, ajudaria na melhor compreensão dos dados oferecidos pela gestão?

11 respostas



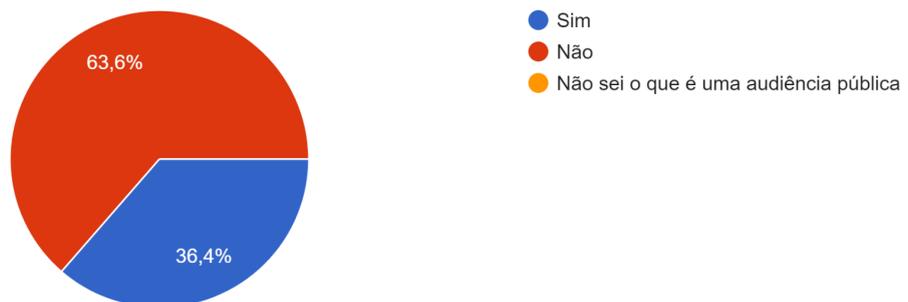
Você acredita que a Prefeitura Municipal de Palmácia (CE) divulga adequadamente informações sobre os gastos públicos?

11 respostas



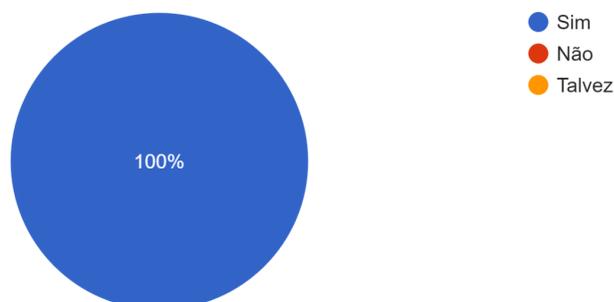
Você já participou de alguma audiência pública sobre prestação de contas e transparência dos gastos públicos em Palmácia (CE)?

11 respostas



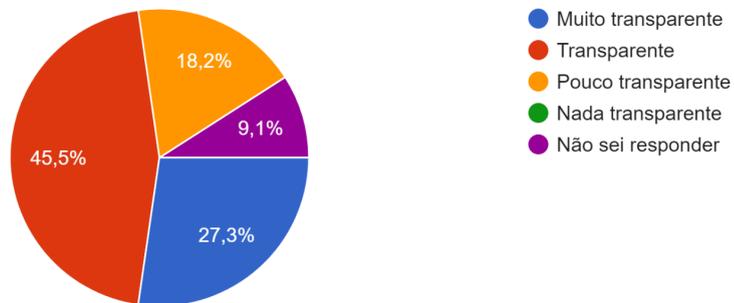
Você acredita que a transparência dos gastos públicos contribui para a melhoria dos serviços públicos?

11 respostas



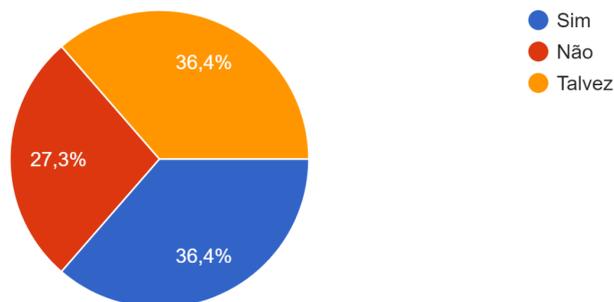
Como você avalia a transparência da gestão municipal de Palmácia (CE) em relação aos gastos públicos?

11 respostas



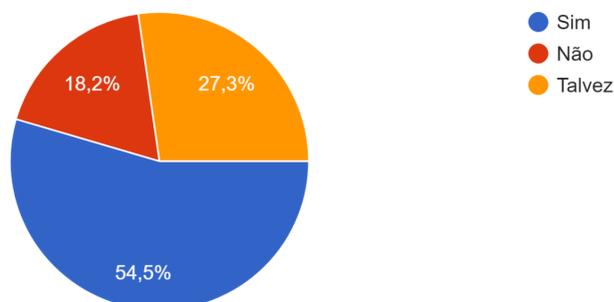
Você acredita que a população de Palmácia (CE) está bem informada sobre as ações e gastos da gestão municipal?

11 respostas



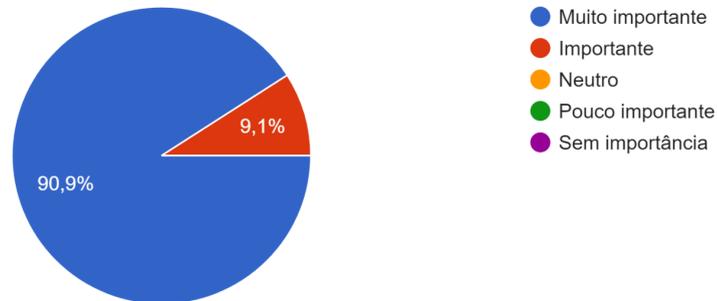
Você acredita que o município de Palmácia fornece informações claras e compreensíveis sobre seus gastos públicos?

11 respostas



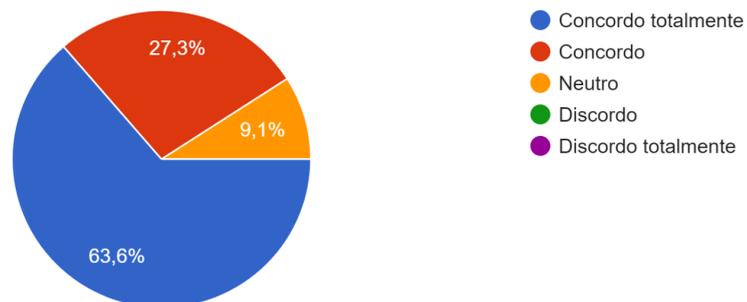
Em sua opinião, qual é a importância da transparência para o desenvolvimento e a confiança na gestão municipal?

11 respostas



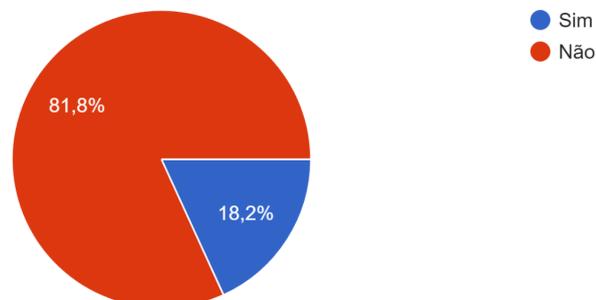
Você acredita que a transparência nos gastos públicos de Palmácia contribui para a participação cívica e o controle social?

11 respostas



Você já participou de algum programa ou iniciativa promovida pelo município de Palmácia relacionada à transparência e ao acesso à informação pública?

11 respostas



Você tem sugestões para melhorar a transparência dos gastos públicos em Palmácia (CE)?

5 respostas

No momento não consigo pensar em algo específico

Especificar por secretaria em site mais atrativos e aplicativos

Uma maior divulgação em meios mais populares

Maior divulgação para população de diversas formas abrangendo pessoas com e sem acesso à tecnologia de forma inclusiva.

Sim. Podem ser realizados treinamentos para os funcionários públicos sobre a importância da transparência e como garantir que os dados sejam atualizados e precisos no portal de transparência.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA

PERGUNTAS - ENTREVISTA

Secretária de Administração e Finanças - Denise Campos

1. Qual é a abordagem da gestão municipal de Palmácia para garantir a transparência dos gastos públicos?

Utilizando os meios de site da prefeitura para análise do MP, portal do TCE e mídias digitais como instagram. Todo mês é enviado um balanço para o TCE.

2. Quais medidas específicas a Secretaria de Administração e Finanças de Palmácia implementou para promover a transparência nos gastos públicos?

Maior fortalecimento no setor de marketing e no site da prefeitura.

3. Como a administração municipal de Palmácia comunica os gastos públicos à população?

Por meio do Portal da Transparência, site da prefeitura onde estão todos os documentos.

4. Quais são os principais desafios enfrentados pela Secretaria de Administração e Finanças de Palmácia na promoção da transparência dos gastos públicos?

Questão de equipe para ser feito os processos, questão de eficiência de tempo para o tempo hábil de sistema, a instabilidade do sistema também afeta a eficiência desses processos onde sempre existem prazos a serem cumpridos para que não haja sanções.

5. Em que medida a participação da comunidade é incentivada no processo de transparência dos gastos públicos em Palmácia?

Participação da população vem a partir da divulgação das ações nos meios digitais onde a população tem canal direto com a gestão e também a partir da divulgação dos dados que são disponibilizados.

6. Quais são as estratégias adotadas para garantir que as informações financeiras sejam acessíveis e compreensíveis para os cidadãos de Palmácia?

A partir do site da prefeitura que é de fácil acesso e também pelo instagram que é um caminho ainda mais fácil.

7. Como a gestão municipal de Palmácia lida com questões de prestação de contas e responsabilidade financeira perante os cidadãos?

Não existe cobrança excessiva por parte da população, apenas existe a prestação por algumas secretarias na câmara municipal. A população não quer saber do financeiro, entendem apenas como pagamento de folha a secretária de adm e finanças e a dar o apoio para outras secretarias.

8. Como são monitorados e avaliados os esforços de transparência dos gastos públicos em Palmácia?

Por meio dos órgãos fiscalizadores maiores, MP, TCE

9. Qual é a importância atribuída pela gestão municipal de Palmácia à transparência dos gastos públicos em termos de governança e prestação de serviços públicos?

É importante para a gestão, pois tem que levar em consideração a lei e tudo o que está sendo feito tem que ser mostrado, não esquecendo que devemos levar em consideração as promessas de campanha que a gestão se comprometeu perante a população que deu seu voto de confiança. a população deveria procurar mais saber como funciona o serviço público para buscar saber como acontece antes de cobrar.

10. Como você gostaria de ver a transparência dos gastos públicos em Palmácia daqui a cinco anos?

a) Completamente transparente, com acesso fácil a todas as informações

No futuro tem que haver maneiras mais fáceis para que a população possa entender como funciona os gastos públicos e como o orçamento é aplicado. E assim a população terá total entendimento de como funciona uma gestão.

b) Mais transparente do que é atualmente

- c) Igual ao que é atualmente
- d) Menos transparente do que é atualmente

11. Você acha que a transparência dos gastos públicos pode contribuir para reduzir os níveis de corrupção?

- a) Sim, de forma significativa

Pois haverá receio de fazer coisas erradas perante os órgãos fiscalizadores, antes era tudo mais simples mas hoje há diversas formas de fiscalizações e com maneiras mais eficazes.

- b) Sim, de forma moderada
- c) Não, não acredito que tenha impacto

12. Na sua percepção, a gestão municipal de Palmácia escuta e considera as opiniões e sugestões da população sobre os gastos públicos?

- a) Sim, sempre

- b) Às vezes

Há necessidade das pessoas entenderem como funciona a administração pública, nem tudo há como implantar e sim adequar a realidade das finanças do município. Por se tratar de um município de pequeno porte, não há orçamento para tudo.

- c) Não, raramente

REFERÊNCIAS

- BALDISSERA, Juliano Francisco; DALL'ASTA, Denis. Panorama Teórico e Empírico dos Determinantes da Transparência Pública. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 15, n. 4, p. 88-111, 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 ago. 2023
- Castells, M. (2012). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- COELHO, T. R.; SILVA, T. A. B. da; CUNHA, M. A.; TEIXEIRA, M. A. C. Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma “dança dos sete véus” incompleta?. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 23, n. 75, 2018. DOI: 10.12660/cgpc.v23n75.73447. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/73447>. Acesso em: 8 set. 2023.
- De Mauro, A., Greco, M., & Grimaldi, M. (2016). What is big data? A consensual definition and a review of key research topics. *AIP Conference Proceedings*, 1644(1), 97-104.
- DO NASCIMENTO, R. S. C.; CARDOSO, V. I. da C.; SANTOS, R. C. dos; LIMA, A. O. Transparência na Gestão Pública Municipal: Um Estudo dos Municípios da Região do Maciço de Baturité. *Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional*, Florianópolis (SC), v. 8, n. 1, p. e350, 2020. DOI: 10.37497/revistacejur.v8i1.350. Disponível em: <https://revistadocejur.tjsc.jus.br/cejur/article/view/350>. Acesso em: 8 set. 2023.
- FORTE, Elaina Cavalcante. Transparência pública e acesso à informação: uma análise do Portal da Transparência do município de Fortaleza. *Revista Controle-Doutrina E Artigos*, v. 18, n. 2, p. 429-456, 2020.
- FREITAS, Andréa Tavares; COSTA, Rogério. Tribunais de Contas: fiscalização e transparência nos estados e municípios. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 3, p. 476-495, 2018.
- GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. In: *E-Compós*. 2018.

Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <https://bit.ly/30o3vG6>. Acesso em: 04 fevereiro 2024. BRASIL.

HOLANDA, Junior. Da Serra das Palmeiras à criação do Município de Palmácia. Fortaleza: Editora Encaixe, 2013;

MEDEIROS, Simone Assis; MAGALHÃES, Roberto; PEREIRA, José Roberto. Lei de acesso à informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. *Informação & informação*, v. 19, n. 1, p. 55–75-55–75, 2014.

MENDES, Fernanda. *Transparência no Serviço Público*. Terezina, Piauí : JUS.COM, 2017.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. *Informações*. Brasília, 2012.

Sandoval-Almazan, R., & Gil-Garcia, J. R. (2012). Social media in government: From e-government to e-governance. *Government information quarterly*, 29(4), 441-452.

SILVA, S; MATOS, L. S; WELTER, L. M. A Teoria da Expectativa como Ferramenta para a Avaliação do Aspecto Motivacional dos Servidores Públicos. **Rev. FSA**, Teresina, v.18, n. 12, art. 5, p. 88-106, dez. 2021.

VROOM, V. H. *Work and motivation*. **New York: Wiley**. (1964).